

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO BRASIL X COLÔMBIA

1º Sgt JONAS MATEUS DIAS CONDE

Garantia da soberania, defesa da população e do território, trinômio fundamental para a articulação de um Serviço Militar forte.

Um Estado Nacional é composto pelo conjunto de sua população, com crenças, cultura, idioma e interesses comuns; de seu território, espaço físico limitado por suas fronteiras terrestres, marítimas e espaço aéreo; e soberania, que é o poder do Estado de legislar e decidir, no interior de seus limites territoriais, os destinos da população e dos recursos naturais, formular leis e apontar o caminho a seguir visando o bem comum de seus habitantes. Viver sob a bandeira de um Estado independente e soberano também compreende a aquisição de direitos e a contração de obrigações, criando-se um ambiente harmônico entre forças privadas e estatais, capaz de promover a lei, a ordem, a defesa do território e das riquezas que o Estado abriga.

A população é o conjunto dos habitantes de uma determinada localidade. O conceito sintético simplifica a complexidade e a diversidade que o tema população representa. Na América, a herança pré-colombiana em conjunto com a recepção da sociedade européia em solo americano, bem como a vinda dos trabalhadores escravizados e posteriormente dos imigrantes são alguns dos ingredientes que alimentaram a formação dos povos brasileiro e colombiano. Contudo, a interação desses agentes não se fez de maneira simples ou sequer pacífica. Houveram conflitos internos em ambos os países e deles derivam diferentes territorializações que proporcionaram a diversidade populacional brasileira e colombiana. Entendemos aqui a territorialização, como a fixação de uma determinada população em um lugar geográfico, com o estabelecimento de relações de poder, podendo este ser formal, oriundo do aparelho nacional ou paralelo, quando exercido por agentes extra-oficiais, como por exemplo o tráfico e o crime organizado.

Em sua obra “O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil”, Darcy Ribeiro ilustra a formação de diferentes brasis, no interior do gigante sulamericano, cada um reservando sua característica peculiar que o torna completamente diferente dos demais. Quem observa de fora pode concluir que substância nenhuma seria capaz de amalgamar as diversas identidades étnicas em um território tão amplo. Porém, contrariando a lógica, formou-se no Brasil, um Estado cuja população não reflete uma simples cópia da sociedade europeia, ou o reagrupamento de tribos africanas trasladadas, nem sequer a continuidade das sociedades pré-colombianas. Nossa população é o resultado da fusão dos costumes, das visões de mundo e do encontro do trabalho árduo com uma terra de bênçãos.

A República da Colômbia é herdeira direta do Vice-reino de Nova Granada. A formação do Estado colombiano ocorreu praticamente na via oposta da brasileira. Ao passo que no Brasil a formação deu-se pela união das diversas raças que passaram a conviver, em uma localidade dominada por um ente externo, o processo colombiano foi de cisão do território após a falência da estrutura alienígena que o governava. Fraturado e distribuído por ocupantes fisicamente semelhantes mas politicamente divergentes, o vice-reinado de Nova Granada passou a chamar-se Gran-Colômbia e posteriormente dividiu-se em: Equador, Venezuela, Colômbia e Panamá.

O Brasil está geograficamente situado com a maior porção territorial em área tropical, cujo solo rico em minerais e agricultável é formado por um misto de bacias sedimentares e escudos cristalinos. O Brasil é possuidor de clima estável, e sua posição global permitiu a adoção de um modelo agroexportador, intensi-

vo em mão de obra. A Colômbia está localizada no hemisfério norte, próxima à Cordilheira dos Andes, sendo banhada por dois oceanos. Seu subsolo é rico em reservas minerais, notadamente ouro e pedras preciosas da mais alta qualidade. Possui variação climática acentuada, indo de climas mais temperados, nas regiões de maior altitude, a áreas desérticas. Ao sul engloba parte da floresta Amazônica. O clima, o relevo, a selva e a descoberta precoce de metais preciosos no território da atual Colômbia, não fizeram atraente a implantação de um modelo agroexportador semelhante ao brasileiro. No século XX, o cultivo de Coca, planta nativa da região, e o tráfico de drogas, mesmo tratando-se de atividades ilícitas, representam boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A plantation brasileira, modelo amplamente utilizado no período colonial deu margem à formação daquilo que hoje é um dos motores econômicos do Brasil, sua vertente agroexportadora é representada nos dias atuais pelo açúcar, café, soja e outras culturas que unidas tornam nosso País um dos maiores players mundiais do mercado de commodities. Esse mercado é o responsável pela parte azul da balança comercial brasileira, sendo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a responsável direta desse sucesso. Outra fonte de riquezas naturais é o subsolo. No Brasil são extraídos minerais valiosos sendo os mais destacados: Estanho, Manganês, Nióbio, Zinco, Cromo, Vanádio, Ouro, Cobre, Níquel, Alumínio e Ferro, conforme o Anuário Mineral Brasileiro (AMB) 2022, publicado pela Agência Nacional de Mineração. Estes setores da economia nacional, apesar de lucrativos, enfrentam desafios que os colocam à mercê do escrutínio mundial pois estão intimamente ligados à preservação do meio-ambiente, tema caro para a agenda global e que em muito impacta o desenvolvimento nacional. Parte da riqueza brasileira e colombiana reside na preservação da maior floresta tropical do mundo, a floresta Amazônica presente nos Estados brasileiros do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso e nos departamentos colombianos de Amazonas,

Caquetá, Guainía, Guaviare, Putumayo y Vaupés. O maior desafio é aliar o desenvolvimento das comunidades que habitam na região com a exploração sustentável dos recursos amazônicos.

No Brasil, o ano de 1988 marcou o início de um novo período constitucional. Essa nova era democrática foi potencializada pela vitória contra a inflação em 1993. A promulgação da nova constituição possibilitou a retomada de ações que contribuíram para a construção do Estado Democrático de Direito, atualmente em vigor, que permite acesso à educação, saúde, justiça, trabalho e outros direitos de primeira classe. A estabilidade monetária e econômica permitiu que a sociedade brasileira se organizasse sem que a moeda perdesse seu valor com tanto ímpeto. Apesar de inovadora em muitos aspectos, nossa Carta Magna recepcionou em seu texto leis e regulamentos pré-existentes à época de sua elaboração. A nova constituição é o marco da soberania moderna brasileira, sem a qual não seria possível posicionar a infraestrutura nacional em direção ao bem comum, servindo ao povo brasileiro com princípios bem estruturados. Na Colômbia, a atual constituição foi promulgada em 1991 e a exemplo do Brasil, o texto garantiu direitos fundamentais para o povo colombiano. A separação dos poderes, descrita por Montesquieu na obra *Esprito das Leis*, serviu de inspiração para a organização dos dois Estados, na qual cada poder estatal torna-se responsável por uma alavanca do controle nacional, havendo independência, equilíbrio e harmonia entre todos. Há de se convir, no entanto, que a evolução do Estado ocorre conforme a evolução de um organismo vivo e sendo assim, alguns dos elementos que compõem o Estado não são fixos e necessitam ser ajustados conforme o passar dos anos. Para tanto, revisar o arcabouço normativo é, de tempos em tempos, necessário e salutar. É sob esse prisma e com fulcro na ascensão das novas gerações, no empoderamento feminino e nas novas necessidades das sociedades que pretendemos comparar a forma como é desenvolvido o Serviço Militar obrigatório no Brasil e na Colômbia.

Serviço Militar obrigatório alternativa eficiente na capacitação da população para a defesa da nação

Definidos os parâmetros que organizam internamente um Estado-Nação, podemos inferir que há também uma métrica que o insere na comunidade internacional. O relacionamento entre os Estados independentes é objeto de estudos e ocorre sob a explicação de diferentes teorias de Relações Internacionais. Fato é que externamente a convivência dos atores internacionais ocorre pela vontade dos Estados em adotar certas regras previstas pelo Direito Internacional. Mesmo assim, a relação entre os Estados-Nacionais pode tornar-se conflituosa, sendo a Guerra uma instituição que pesa no cálculo político estatal. O estudo da guerra, sua interpretação e aplicação política permeiam a história e ajudam na análise e entendimento dos acontecimentos atuais.

Como afirma Tucídides, a intenção ao escrever a sua História era deixar para a posteridade um “patrimônio sempre útil”, não no sentido de jactância pela qualidade da obra, mas como o próprio autor diz na parte inicial do capítulo 22 do livro I, porque, sendo a natureza humana imutável, se determinadas circunstâncias se reproduzirem em épocas diferentes, os fatos se repetirão de maneira idêntica ou semelhante (Kury, 2001, p. 43)

O General prussiano Carl Maria Von Clausewitz, no bojo de sua obra descreve a profunda alteração promovida na ciência da guerra e nas operações militares pelas campanhas napoleônicas e pelas guerras de independência dos Estados Unidos da América. O General prussiano descreveu ainda, alguns princípios que tornaram-se fundamentais no combate moderno e que são corroborados por outros grandes autores, sendo eles: Objetivo e Massa; Concentração de Forças e Economia de Meios; Surpresa e Perseguição. É o princípio da massa que por intermédio dessa ótica exige

prontidão, ou seja, assegura a vitória a partir da criação, em tempo de paz, de um sistema destinado à capacitação da população para a defesa da nação, mobilizando, reunindo e desdobrando unidades militares dentro do território nacional contrapondo-se às ameaça externas. O assim chamado “Exército de Conscritos” é uma alternativa viável e barata para os Estados-Nacionais à medida que permite a criação de uma força de reservistas aptos para a defesa da pátria.

Opção pelo serviço militar obrigatório

Defender o território brasileiro sempre foi uma tarefa difícil de empreender. Martim Afonso de Souza recebeu a missão de patrulhar o litoral brasileiro em 1532. O “Regulamento de El Rei”, introduzido por Tomé de Souza em 1548, determinava a colonos e proprietários de engenho a posse de armas, criando uma pequena força de defesa das capitanias hereditárias, baseadas em terra firme. Durante o período das invasões holandesas o Brasil viveu o início do sentimento nativista, percebido pelo advento da união das raças que habitavam o Brasil com a finalidade de expulsar o invasor. No período Imperial, apesar do Serviço Militar estar previsto no texto constitucional de 1824, não existia a obrigação de sua prestação, sendo o alistamento para Marinha e Exército de caráter voluntário. Existiam, portanto, dificuldades para completar o efetivo dos batalhões. Somente com a Constituição de 1891 o Serviço Militar passa a ser obrigatório no Brasil. Nos idos anos de 1916, Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, popularmente conhecido como Olavo Bilac, Príncipe dos Poetas brasileiros, engajava-se na campanha do serviço militar obrigatório. Durante a campanha pelo Serviço Militar Obrigatório realizou viagens pelo Brasil, com a finalidade de instruir e palestrar conscientizando os brasileiros da necessidade do Serviço Militar Obrigatório, como sendo um caminho para a verdadeira cidadania. A atual lei do Serviço Militar brasileira data de 1964 e seu regulamento é de 1966. Na Colômbia o Serviço Militar remonta a época da luta pela independência. Simón Bolívar decretou lei marcial em

1819 convocando todos os colombianos homens com idades entre 15 e 40 anos, às armas, com a finalidade de consolidar a libertação do território do jugo espanhol. Em 1821 o Congresso colombiano decretou a ordem de conscrição para cidadãos com idades entre 16 e 50 anos e depois em 1923 alterou novamente as idades para 19 e 45 anos. A atual Lei do Serviço Militar colombiano data de 2017.

Apesar da diferença cronológica entre a promulgação das duas leis, o cerne de ambas as normas é muito similar, contudo pequenas diferenças residem na adequação das leis à realidade de cada país. A Colômbia passou por um conflito interno fervoroso nos últimos 60 anos. A ascensão do narcotráfico e a explosão das guerrilhas rurais desestabilizaram o país, o que levou à militarização do conflito tornando o recrutamento, a formação, o treinamento e o emprego das Forças Armadas colombianas diferentes do caso brasileiro. A escalada do conflito levou ao estabelecimento de uma parceria com o governo dos Estados Unidos da América, conhecida como Plan Colombia, que envolveu treinamento, apoio em operações contra alvos compensadores, construção de uma base do Exército Americano em solo colombiano, adequação da doutrina do Exército Nacional. Esse apoio estadunidense foi de grande valia para a modernização e para a estabilização do conflito colombiano. Em que pese as novas características de emprego e a reestruturação do Exército Nacional colombiano, um conflito armado em curso não é a melhor estratégia de marketing quando se deseja atrair voluntários para ingresso nas Forças Armadas e com isso existem muitos problemas para atrair os jovens em idade militar ao alistamento.

No Brasil, vivia-se um período de governos militares à época em que foram estabelecidas as atuais normas do Serviço Militar. Assim como na Colômbia, ocorreram escaramuças internas, mas em uma escala muito menor. O problema brasileiro com o narcotráfico é enfrentado pelos Estados e suas forças policiais. No Brasil existem 27 diferentes forças policiais, na Colômbia a polícia é nacional e a prestação do serviço militar obrigatório contempla o serviço de auxiliar de policial. A so-

cidade brasileira confia a cada ano cerca de 60 mil jovens ao Serviço Militar Obrigatório, é um número pequeno se comparado ao total de jovens que atinge a idade necessária para o início do cumprimento do Serviço Militar, em torno de 1,5 milhão de jovens por ano. Existe no Brasil um esforço de grande parte dos órgãos do serviço público em fomentar o alistamento militar, pois somente após vencida a etapa do alistamento militar é possível acessar alguns serviços públicos. Na Colômbia esse esforço não é tão evidente. Na Colômbia o fato de estar em débito com o Serviço Militar Obrigatório não restringe direitos nem o acesso dos cidadãos a benesses estatais, como assunção de cargos públicos e matrícula em instituições de ensino do governo. A lei colombiana prevê multas, mas nenhuma restrição maior ao cidadão. Nesse ponto, a norma brasileira mostra-se mais eficiente, ao passo que a etapa serviço militar é além de um rito de passagem na vida dos cidadãos brasileiros do sexo masculino, um pré-requisito necessário para a continuidade da vida civil.

Formação, Treinamento, Operação, Descanso, Retreinamento, Operação, Descanso, desmobilização

O Serviço Militar Obrigatório no Brasil tem a duração aproximada de 12 meses. O ano de instrução divide-se em períodos: Instrução Individual Básica e Instrução Individual de Qualificação, Períodos de Adestramento nos níveis Pelotão, Companhia, Batalhão, Grande Unidade. Os períodos de Instrução Individual estão diretamente relacionados com a destinação que o militar receberá ao término do Serviço Militar Obrigatório, sendo classificado como reservista de 1ª ou 2ª Categoria.

Na Colômbia, a prestação do Serviço Militar é dividida em fases e Ciclo de Operações, Descanso e Treinamento (CODE). Na primeira fase, com a duração de seis semanas, as instruções estão voltadas para a formação básica militar, aquisição de hábitos e adaptação à vida nos quartéis (aprender a marchar, canto de canções militares, uso do uniforme, conhecimento das leis, direitos e deveres). A se-

gunda fase tem duração de cinco semanas e as instruções tornam-se mais aprofundadas com o aumento na carga dos treinamentos físicos, instruções voltadas para as áreas humanística, administrativa, técnica e tática militar. A terceira fase é a mais curta, tem duração de uma semana e nela se aprende a utilização das armas coletivas. Após esta terceira fase é realizado o juramento à bandeira nacional e os militares saem em um licenciamento que dura entre 12 (doze) e 15 (quinze) dias. Ao retornar deste licenciamento inicia-se o ciclo CODE.

Ciclo de Operações Descanso e Treinamento

O ciclo CODE é o maior diferencial entre o Serviço Militar brasileiro e colombiano. Para a execução desta fase do Serviço Militar, surge uma unidade chamada Batalhão de Instrução, Treinamento e Retreinamento, no Espanhol Batallón de Instrucción, Entrenamiento y Reentrenamiento (BITER), desvinculado de uma Arma, Quadro ou Serviço específico, mas destinado ao treinamento e instrução.

O ciclo consiste na atuação do pessoal nas áreas de operações, pré-determinadas, por vinte semanas. Nesse período são realizadas ações militares como patrulhas, bloqueio de vias e segurança de pontos sensíveis. Após as vinte semanas de operações, há um licenciamento de 30 dias para os Soldados Profissionais e de 12 a 15 dias para aqueles que prestam o serviço militar obrigatório. Passado o licenciamento, os Soldados retornam ao BITER para revitalizar os conhecimentos, treinar e preparar-se para um novo ciclo de operações. O BITER é uma unidade destinada à instrução e preparação dos militares, tanto profissionais quanto regulares, prestadores do Serviço Militar inicial. A unidade é o principal elo do ciclo, sendo responsável por instruir e preparar as frações antes do emprego real. Na Colômbia, as operações militares reais são muito mais frequentes que no Brasil, já que a Colômbia emprega suas Forças Armadas no combate às guerrilhas e aos narcotraficantes. Durante os sessenta anos do conflito interno colombiano com os movimentos insurgentes, ocorreu o notório aprimoramento da instrução, da doutri-

na de emprego e do próprio Exército Nacional como um todo.

Esse aprimoramento, contudo, não veio acompanhado pela simpatia da população colombiana pelo serviço militar obrigatório. Todos os anos existe um déficit para o preenchimento das vagas a incorporar.

O Tiro de Guerra no Brasil

O Exército Brasileiro possui presença nacional em todos os Estados da nação. Sua estrutura física está desdobrada pelo Brasil realizando a defesa nacional de forma integrada com a Marinha e com a Força Aérea. Outra missão das Forças Armadas é a formação de reservistas. Em alguns municípios do País onde não existem unidades militares, em regime de parceria com as prefeituras, foram criados Tiros de Guerra (TG).

Essa parceria entre Exército e prefeituras mostra-se eficiente sob diversos aspectos. Representando uma alternativa de custo baixo para o orçamento do Exército e que atinge bons resultados, torna-se cada vez mais relevante pensar na ampliação do modelo, já que pode amplificar a presença nacional do Exército. Todos os anos milhares de cidadãos brasileiros passam pelas fileiras dos Tiros de Guerra. Designados como “ATIRADORES”, nome que é oriundo das primeiras sociedades de Tiro ao Alvo no Brasil, recebem formação individual básica e ao final do seu tempo de serviço militar são designados como reservistas de segunda categoria.

Os Tiros de Guerra representam verdadeiras “Escolas de Civismo e Cidadania”, pois muito além do currículo militar presente em suas instruções, de forma oculta, estão presentes valores e noções de cidadania que em muito colaboram para o desenvolvimento sócio afetivo dos jovens Atiradores.

Considerações Finais

Brasil e Colômbia são países que apesar de semelhantes em muitos aspectos possuem realidades muito diferentes. A interação entre população, território e soberania determina-

ram a organização dos Estados-Nacionais. A garantia do equilíbrio de forças e o atendimento dos anseios nacionais se mostrou deveras complexa. A fricção ocorrida entre os atores nacionais provocou atrasos na consecução das políticas públicas. Elaborar e seguir um projeto de Estado, que seja independente dos rumos da política nacional, bem estabelecido e atento às reais necessidades nacionais pode criar condições favoráveis para o crescimento nacional. A defesa nacional eficiente, passa por um serviço militar obrigatório bem organizado e de qualidade, que seja capaz de alimentar as linhas de um exército profissional e de formar uma reserva qualificada e altamente mobilizável.

O modelo de ciclos operacionais adotado pela República da Colômbia serve muito bem em um contexto de emprego contínuo das forças armadas. Já o modelo brasileiro foca na construção de uma reserva volumosa e vai ainda mais além sendo um polo difusor de cidadania, amor à Pátria, respeito às instituições. Ambos modelos são eficientes para cada caso, contudo não podem escapar de uma avaliação contínua e que aponte melhorias, dada a volatilidade dos aspectos sociais de cada nação.

SOBRE O AUTOR

O Primeiro Sargento de Artilharia JONAS MATEUS DIAS CONDE é Auxiliar da Divisão de Pessoal da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas. Terceiro-Sargento da turma de 2004 da Escola de Sargentos das Armas. No exterior, frequentou o Curso de Promoção à Graduação de Sargento-Maior do Exército Nacional da República da Colômbia, na Escola de Armas Combinadas, Bogotá/Colômbia. (jonasconde84@gmail.com)

REFERÊNCIAS

A importância da Constituição de 1988 para a efetivação de direitos. Plataforma TSE. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-2/a-importancia-da->

[constituicao-de-1988-para-a-efetivacao-de-direitos](#), Acesso em: 10 ago. 2023.

HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESSO. Plataforma FUNAG. Brasília, DF, Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/0041historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf. Acesso em: 5 set. 2023.

HISTÓRICO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL. Plataforma DSM. Brasília, DF, Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/images/conteudo/Institucional/Institucional.pdf>, Acesso em: 5 set. 2023.

IMPORTANCIA DE MANTENER EL SERVICIO MILITAR OBLIGATORIO Y SU FUTURO TRAS EL PROCESO DE PAZ. Plataforma Universidad Militar Nueva Granada. Bogota, DC, Colômbia. Disponível em: <https://repository.unimilitar.edu.co/bitstream/handle>. Acesso em: 15 set. 2023.

LEONARD, Roger Ashley. Clausewitz : trechos de sua obra. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1988.

LEY 1861 DE 2017 (Agosto 4) “POR LA CUAL SE REGLAMENTA EL SERVICIO DE RECLUTAMIENTO, CONTROL DE RESERVAS Y LA MOVILIZACIÓN”. Plataforma GOV.CO. Bogota, DC. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma>. Acesso em: 21 set. 2023.

MONTESQUIEU: O Espírito das Leis, 1748. Dicionário Obras Políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

PATRONOS DAS ARMAS/QUADROS/SERVIÇOS - OLAVO BILAC - SERVIÇO MILITAR. Plataforma Portal do Exército. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.eb.mil.br/patronos/>, Acesso em: 1 set. 2023.

PESO DEL NARCOTRÁFICO EN PRODUCTO INTERNO BRUTO DE COLOMBIA. Plataforma La Republica. Bogota, DC, Colômbia,

Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/narcotrafico> . Acesso em: 10 set. 2023.

Políticas Públicas e Estado: o Plano Real, São Paulo, SP, Lua Nova, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/> . Acesso em: 1 ago. 2023.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS EUA-COLOMBIA: O CASO DO PLAN COLOMBIA. Plataforma FCLAR. São Paulo, SP, Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semas-pas>. Acesso em: 20 set. 2023.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

Serviço Militar Obrigatório e o Tiro de Guerra. Plataforma Exército Brasileiro. Brasília, DF: Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/ingresso/servico-militar/> . Acesso em: 27 set. 2023.

Unidades da 2ª DE incorporam recrutas em 2023. Plataforma 2ª Divisão de Exército. São Paulo, SP: Disponível em: <https://2de.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/> Acesso em: 21 set. 2023.